

SAÚDE MENTAL DE PSICÓLOGOS NO CUIDADO DE ADOLESCENTES EM LIBERDADE ASSISTIDA

Andreza Monique Alves¹;

Estudante de Psicologia da Faculdade Nove de Julho (FNJ), Guarulhos, SP.

Giovanna Gomes Moura²;

Estudante de Psicologia da Faculdade Nove de Julho (FNJ), Guarulhos, SP.

Carla Roseane Batista Brito³;

Estudante de Psicologia da Faculdade Nove de Julho (FNJ), Guarulhos, SP.

Marcia Barcelos Da Silva Maria⁴;

Estudante de Psicologia da Faculdade Nove de Julho (FNJ), Guarulhos, SP.

Valéria Fernandes Macedo Romano⁵;

Estudante de Psicologia da Faculdade Nove de Julho (FNJ), Guarulhos, SP.

Michael Soares da Mata⁶.

Psicólogo, Professor Orientador no Curso de Psicologia da Faculdade Nove de Julho (FNJ), Guarulhos, SP.

<http://lattes.cnpq.br/8208350022276140>

RESUMO: A atuação do psicólogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é fundamental no acompanhamento de adolescentes em liberdade assistida, embora envolva desafios emocionais e institucionais significativos. Este estudo qualitativo teve como objetivo compreender esses impactos a partir da experiência de estudantes de Psicologia em estágio supervisionado, por meio da análise de entrevistas semiestruturadas que exploraram o cotidiano da atuação profissional nesse contexto. Os resultados apontam para uma sobrecarga decorrente da escassez de recursos, da ambiguidade de papéis e das dificuldades de articulação com as famílias dos adolescentes. Apesar dessas barreiras, a resiliência, o trabalho em equipe e o uso de práticas como Mindfulness e Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) emergem como estratégias fundamentais para o manejo do estresse e da ansiedade. O estudo destaca a importância do suporte institucional, incluindo espaços de escuta e supervisão técnica, como formas de preservar a saúde mental dos profissionais e garantir a efetividade das medidas socioeducativas. Por fim, ressalta-se a necessidade de políticas públicas que promovam melhores condições de trabalho, contribuindo para a sustentabilidade do sistema de proteção social e para a qualidade do atendimento aos adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Social. Saúde ocupacional. Vulnerabilidade Adolescente.

PSYCHOLOGISTS' MENTAL HEALTH IN THE CARE OF ADOLESCENTS UNDER ASSISTED FREEDOM

ABSTRACT: The role of psychologists at the Specialized Social Assistance Reference Center (CREAS) is essential in supporting adolescents under court-mandated socio-educational measures such as assisted freedom. However, this work entails significant emotional and institutional challenges. This qualitative study aimed to understand these impacts based on the experiences of Psychology students in supervised internships, through the analysis of semi-structured interviews that explored the everyday reality of professional practice in this setting. The results point to an overload caused by scarce resources, role ambiguity, and difficulties in coordinating with the families of the adolescents. Despite these challenges, resilience, teamwork, and the use of practices such as Mindfulness and Cognitive Behavioral Therapy (CBT) emerge as key strategies for managing stress and anxiety. The study highlights the importance of institutional support, including listening spaces and technical supervision, as essential to preserving the mental health of professionals and ensuring the effectiveness of socio-educational measures. Finally, it emphasizes the need for public policies that promote better working conditions, contributing to the sustainability of the social protection system and the quality of services provided to adolescents.

KEYWORDS: Social Psychology. Occupational Health. Adolescent Vulnerability.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantado em 2005, tem como objetivo assegurar a proteção social aos cidadãos brasileiros, disponibilizando serviços, benefícios, programas e iniciativas destinados à prevenção de riscos sociais e pessoais. Por meio dessas ações, busca oferecer suporte a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2004).

Para atender de forma especializada famílias e indivíduos em situação de risco ou vulnerabilidade social, o SUAS estabelece, por meio da Lei nº 12.435/2011, as competências do CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social. O CREAS tem como principal objetivo prevenir o agravamento das situações existentes, especialmente aquelas consideradas complexas e crônicas, proporcionando atenção especializada e promovendo a melhoria da qualidade de vida dos menores infratores atendidos, além de assegurar a garantia de seus direitos e a proteção social (BRASIL, 2004).

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), foram desenvolvidas medidas socioeducativas para assegurar os direitos e a proteção

de jovens entre doze e dezoito anos incompletos que entram em conflito com a lei. Dentre essas medidas, destaca-se a liberdade assistida, que consiste na realização de serviços direcionados à comunidade, visando à recuperação dos valores sociais do jovem infrator, à conscientização sobre as consequências de suas ações, ao apoio à integração escolar, ao fortalecimento dos vínculos familiares e à superação das situações de vulnerabilidade (DAMASCENO; LORDELLO, 2023).

Durante esse período, ocorrem mudanças significativas no córtex pré-frontal e no sistema límbico, regiões responsáveis pelo planejamento e regulação emocional. A ausência de maturação adequada nessas áreas pode acarretar dificuldades no planejamento e impulsividade nas tomadas de decisão, interferindo no desenvolvimento saudável do adolescente (FERNANDES, 2018; COHEN; CASEY, 2014).

Este estudo concentra-se no cuidado com a saúde mental dos psicólogos que atuam no CREAS, os quais enfrentam desafios significativos ao acompanhar menores que cometeram atos infracionais em liberdade assistida (BRASIL, 1990). Segundo o Ministério da Saúde (2023), o excesso de trabalho é a principal causa da síndrome de burnout, condição que acomete psicólogos devido às jornadas exaustivas e à complexidade das demandas clínicas.

Santos e Silva (2021) ressaltam que os trabalhadores do SUAS enfrentam condições precárias, remuneração insuficiente, jornadas extensas e ambientes desfavoráveis, evidenciando a necessidade de fortalecer políticas públicas e valorizar esses profissionais. Silva (2000) observa que esse esgotamento mental e físico resulta em instabilidade na atuação, com manifestações de estresse constante, despersonalização e sensação de incapacidade, além da escassez de recursos emocionais e físicos. Junior e Beretta (2024) também apontam que ambientes hostis e prazos limitados comprometem a produtividade, provocando sentimentos de incompetência, dúvidas sobre a carreira e aumento do risco de transtornos como depressão e ansiedade (RODRIGUES; CARLOTTO, 2017).

Com base nesse cenário, o presente estudo tem por objetivo aprofundar a compreensão da saúde mental dos psicólogos que atuam no CREAS, destacando os desafios enfrentados no atendimento a adolescentes em medidas socioeducativas, como a liberdade assistida. O trabalho aborda a contextualização do papel do CREAS no SUAS, os fatores de risco para o burnout e as estratégias de cuidado e prevenção adotadas pelos profissionais. Reconhecer e preservar a saúde mental desses psicólogos é essencial para garantir ambientes de trabalho mais saudáveis, viabilizar uma prática humanizada e eficiente, e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do atendimento oferecido às famílias e aos adolescentes assistidos pelo sistema de assistência social.

OBJETIVO GERAL

Compreender os impactos da atuação do psicólogo no CREAS, no contexto do acompanhamento de adolescentes em liberdade assistida.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever os fatores que influenciam a saúde mental desses profissionais;
- Explorar a percepção dos psicólogos sobre os desafios emocionais e institucionais de sua atuação;
- Identificar as estratégias utilizadas para lidar com o estresse e manter o equilíbrio emocional.

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica pela relevância do trabalho do psicólogo no CREAS, especialmente diante dos desafios relacionados à liberdade assistida de adolescentes em conflito com a lei. A atuação desse profissional não impacta apenas o processo de reabilitação dos jovens, mas também influencia a dinâmica institucional e o bem-estar da equipe técnica.

O psicólogo tem papel fundamental na abordagem dos problemas emocionais e comportamentais dos adolescentes, assim como no planejamento e execução de ações que favorecem sua reintegração plena à vida social. Sua atuação vai além do cuidado individual, englobando a observação e análise do comportamento grupal, o apoio aos demais profissionais da instituição e a aplicação de métodos que promovam a melhoria das relações interpessoais e do clima institucional. A escuta qualificada e o acolhimento são atribuições centrais do psicólogo, que busca construir um ambiente propício ao crescimento emocional e à atuação de todos os envolvidos no processo.

Ao aprofundar o conhecimento sobre o papel do psicólogo nesse contexto institucional específico, considerando as particularidades e dificuldades do CREAS, esta pesquisa contribui não apenas para a melhoria do ambiente laboral, mas também para a eficácia das intervenções terapêuticas e educativas desenvolvidas.

Assim, este estudo atende a dois níveis essenciais: no contexto social e institucional, ao fortalecer as políticas públicas de proteção social e evidenciar que o bem-estar psicológico dos profissionais afeta diretamente a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários; e no âmbito acadêmico-científico, ao preencher uma lacuna ainda pouco explorada na literatura, que é o sofrimento psicológico dos psicólogos que atuam em contextos de alta demanda socioemocional.

Estudos como os de Rodríguez e Carlotto (2014) indicam que psicólogos inseridos no SUAS apresentam alta prevalência de burnout, manifestado por sintomas como exaustão

emocional e despersonalização. De forma similar, Santos e Silva (2021) denunciam a precarização das condições de trabalho desses profissionais, que enfrentam sobrecarga, contratos temporários e múltiplos vínculos empregatícios, afetando diretamente sua saúde mental e qualidade de vida.

Nesse contexto, é fundamental enfatizar a saúde mental do psicólogo, e não apenas suas ações, pois o cuidado com quem cuida é condição básica para a sustentabilidade do trabalho socioeducativo. Esse entendimento pode contribuir para o fortalecimento das práticas psicológicas no contexto institucional, possibilitando um atendimento mais eficiente e um suporte psicológico mais eficaz.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, realizada a partir de um estágio básico supervisionado em Psicologia Social, no curso de graduação em Psicologia. A investigação se fundamenta em revisão de literatura e no relato profissional obtido por meio de um questionário semiestruturado. O estudo teve como objetivo compreender os desafios enfrentados por psicólogos que atuam no acompanhamento de adolescentes em liberdade assistida no CREAS.

A entrevista realizada com uma psicóloga atuante no serviço teve caráter ilustrativo e exploratório, com o propósito de ampliar a compreensão do fenômeno estudado. Os dados coletados não seguem os rigores de uma pesquisa de campo sistemática, mas foram utilizados para complementar a análise teórica sobre o tema, auxiliando na identificação de aspectos recorrentes relacionados à sobrecarga profissional, estratégias de enfrentamento e saúde mental.

Procedimentos

A entrevista ocorreu em ambiente privado e confidencial, com duração aproximada de 90 minutos. Foi utilizado um questionário semiestruturado, cujas questões foram elaboradas para abordar de forma abrangente as diferentes facetas do impacto do exercício profissional do psicólogo, relacionadas ao estresse, frustrações e sobrecarga de trabalho, com foco no atendimento a jovens em liberdade assistida. O questionário contemplou perguntas sobre os desafios enfrentados e a percepção do psicólogo acerca da eficácia das práticas desenvolvidas nesse contexto. As respostas foram transcritas e serão analisadas para complementar a compreensão do papel do psicólogo na instituição. As informações coletadas foram destinadas exclusivamente a fins acadêmicos.

Público-alvo

O estudo focalizou psicólogos que atuam na área de saúde mental do CREAS -

Centro de Referência Especializado de Assistência Social local, que prestam atendimento e acompanhamento a menores em situação de conflito com a lei, em regime de liberdade assistida. Para ampliar a compreensão sobre esta realidade, a entrevista foi realizada com uma única profissional, oferecendo uma perspectiva individual, sem a pretensão de generalizar os resultados para todos os trabalhadores da instituição. Essa abordagem visa proporcionar uma visão específica sobre os desafios enfrentados e destacar a importância do cuidado com a saúde mental desses profissionais, contribuindo para a redução do estresse e o equilíbrio entre as esferas pessoal e profissional, assegurando a continuidade da qualidade do serviço prestado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo focaliza a saúde dos psicólogos que atuam na medida socioeducativa de liberdade assistida, prevista nos artigos 118 e 119 do ECA, aplicável para acompanhar adolescentes em conflito com a lei. A medida visa promover a reeducação, reinserção social e desenvolvimento pessoal, buscando estimular a formação educacional e profissional desses jovens, oferecendo-lhes novas oportunidades para a reconstrução de suas vidas.

Conforme a legislação, a liberdade assistida deve ser aplicada sempre que for a medida mais adequada para acompanhamento e orientação do adolescente, fixada por prazo mínimo de seis meses, com possibilidade de prorrogação, revogação ou substituição, mediante avaliação dos envolvidos. A responsabilidade do orientador inclui promover o desenvolvimento social do jovem e sua família, supervisionar frequência e desempenho escolar, incentivar a profissionalização e apresentar relatórios dos casos (Lei 8.069, 1990).

Papel do Psicólogo e Base Legal

O psicólogo que atua no CREAS enfrenta desafios significativos, não apenas na assistência psicossocial direta aos adolescentes, mas também na mediação das dinâmicas institucionais. Sua função abarca orientar o jovem na construção de novos projetos de vida, fortalecer vínculos familiares e comunitários, mediar conflitos e promover habilidades sociais e emocionais, sempre respeitando os princípios do ECA que asseguram proteção integral.

Além do atendimento psicoterapêutico, o psicólogo contribui para o desenvolvimento e execução de planos interdisciplinares que reforçam as políticas públicas de assistência social. Contudo, o contato contínuo com situações complexas pode gerar impactos físicos e mentais, evidenciando o custo que o trabalho impõe à saúde do profissional (Zille, 2005).

A atuação desses profissionais é respaldada por normas como o Código de Ética do Psicólogo, as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia para proteção à criança e ao adolescente, e a estrutura do SUAS, que orientam uma prática ética, crítica e comprometida com os direitos humanos.

Desafios Institucionais e Estruturais

A precariedade das políticas públicas afeta diretamente a rotina dos psicólogos, que lidam com limitações de recursos, insuficiência de colaboradores e pressão por prazos judiciais. O excesso de casos e a falta de estrutura comprometem a qualidade do acompanhamento, enquanto a superlotação dificulta a ressocialização e sobrecarrega física e mentalmente os profissionais (Malaquias, 2017).

Apesar dessas dificuldades, a equipe técnica busca adaptações e apoio mútuo, mas a carência de suporte institucional e recursos materiais — como infraestrutura e capacitação — impede uma atuação plena (Freire; Alberto, 2013). A precarização no SUAS reflete-se em condições de trabalho adversas, contratação precária e baixos salários, gerando esgotamento e vulnerabilidade (Santos e Silva, 2021).

Desafios na Articulação com as Famílias

O vínculo com os responsáveis pelos adolescentes é frequentemente fragilizado pela resistência ao programa, alimentada por estigmas sociais e preconceitos. Isso pode levar ao abandono do acompanhamento e dificultar mudanças significativas (Damasceno & Lordello, 2023). A legislação atribui aos pais o dever de participação na reeducação, mas o trabalho do psicólogo requer sensibilização e inclusão das famílias sem julgamentos.

O vínculo familiar é essencial para o processo reeducativo, não apenas com os pais, mas também com demais parentes, formando uma rede de suporte que favorece o desenvolvimento social e moral do adolescente (Damasceno & Lordello, 2023). A escola também desempenha papel crucial, porém enfrenta dificuldades para engajar as famílias no acompanhamento escolar, comprometendo o rendimento e o comportamento dos jovens (Santos & Elias, 2024).

Segundo o ECA (Art. 101), diversas medidas podem ser adotadas para garantir o acompanhamento familiar e social, incluindo orientação, matrícula obrigatória e apoio em programas comunitários. A ausência desse suporte familiar compromete o desenvolvimento emocional do adolescente, aumentando a propensão a comportamentos de risco e influências negativas (Araújo, 2022).

Reflexões sobre a Maioridade Penal

A maioridade penal é tema controverso. Psicólogos costumam defender uma avaliação crítica da maturidade, que não deve se basear exclusivamente na idade cronológica, mas considerar o desenvolvimento cerebral, que segue até cerca dos 30 anos (Schneider, 2018 apud Fabio, 2021). A adolescência é marcada por profundas transformações neuropsicológicas, especialmente no córtex pré-frontal e no sistema límbico, responsáveis pelo controle emocional e pela tomada de decisões (Galvan et al., 2006).

O não desenvolvimento adequado dessas áreas pode levar a impulsividade e riscos, refletindo a complexidade das influências ambientais, biológicas e psicológicas nessa fase (Vitalle, 2014; Diamond, 2013).

Impactos Emocionais sobre o Psicólogo

O trabalho no CREAS expõe o psicólogo a constantes desafios emocionais, entre eles o contato frequente com situações de violência, negligência e abuso, que podem gerar sentimentos de impotência e desgaste (Silva et al., 2023; Araújo et al., 2022). A forte conexão afetiva com os atendidos torna a carga emocional intensa, aumentando o risco de Síndrome de Burnout, caracterizada por estresse elevado, exaustão e prejuízo na qualidade do atendimento (Rodrigues & Carlotto, 2014; Silva et al., 2020). É imprescindível que o psicólogo conte com suporte psicológico adequado para cuidar da própria saúde mental e garantir a continuidade de seu trabalho com qualidade (Perniciotti et al., 2020).

Técnicas de Cuidado: Mindfulness e TCC

Mindfulness, ou atenção plena, é uma técnica baseada na atenção consciente ao momento presente, sem julgamentos, que auxilia na redução do estresse e melhora da saúde mental. Originada em tradições budistas e adaptada para a psicologia ocidental, ela permite que o profissional reconheça e regule suas emoções, pensamentos e sensações, diminuindo a ansiedade (Almondes, 2017; Cebolla & Demarzo, 2016).

A Teoria Cognitivo-Comportamental (TCC) complementa essa abordagem ao ajudar a identificar e modificar pensamentos automáticos disfuncionais que influenciam emoções e comportamentos, promovendo respostas mais adaptativas. Essa terapia tem eficácia comprovada em estudos científicos e é recomendada para o enfrentamento do sofrimento emocional do profissional, melhorando sua qualidade de vida e funcionamento (Beck, 2013; Amorim et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou compreender os impactos emocionais e profissionais enfrentados pelos psicólogos que atuam no CREAS, especialmente no acompanhamento de adolescentes em liberdade assistida. A experiência relatada confirma o que autores como Dejours (1999) e Seligmann-Silva (2011) já destacavam: o sofrimento psíquico desses profissionais é resultado direto da sobrecarga institucional, da ambiguidade de papéis e da escassez de recursos nas políticas públicas.

Os desafios enfrentados vão além do operacional. A sobrecarga, a falta de recursos e a dificuldade de articulação com as famílias dos jovens revelam um descompasso entre as demandas das medidas socioeducativas e a estrutura do SUAS, como discutem Resende

(2009) e o Conselho Federal de Psicologia (2013).

Mesmo diante dessas dificuldades, a resiliência, o trabalho em equipe e o compromisso com a transformação social se destacam como os pilares que sustentam a prática desses psicólogos. Práticas como a escuta terapêutica, o acolhimento e as intervenções coletivas são fundamentais para favorecer a vinculação e a reabilitação dos adolescentes atendidos.

No entanto, fica claro que o cuidado com o outro só é possível quando o próprio profissional recebe suporte. A ausência de espaços institucionais para escuta e supervisão técnica gera solidão decisória e esgotamento emocional, conforme apontado por Pitta (1994).

Diante disso, conclui-se que políticas públicas mais eficazes, investimento em saúde mental institucional e a criação de espaços regulares para supervisão e apoio são essenciais. Essas medidas garantem não apenas a qualidade do cuidado aos jovens, mas também a sustentabilidade do trabalho dos psicólogos.

Assim, sugere-se a implementação de protocolos permanentes de cuidado aos profissionais, como grupos de escuta, supervisão contínua e formação permanente sobre temas como medidas socioeducativas e sofrimento ético-político.

Por fim, cabe destacar que, por se tratar de um relato de experiência, esta pesquisa não tem caráter generalizável, estando limitada à realidade de um único CREAS. Ainda assim, essa limitação não diminui a relevância das reflexões e recomendações levantadas.

Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre a relação entre o tempo de atuação no CREAS e o desgaste emocional dos psicólogos, bem como a avaliação de estratégias institucionais eficazes para o cuidado desses profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMONDES, Katie Moraes de. *Neuropsicologia do Sono: Aspectos Teóricos e Clínicos*. Natal: EDUFRN, 2017.

ARAÚJO, Gleysiele Mayara Abreu de. A escolarização como aliada nos serviços de medidas socioeducativas de liberdade assistida. Repositório Institucional do Centro Universitário UNDB. Disponível em: <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/788>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BIAJONI, Maíra; UEHARA, Emmy. Impulsividade em Adolescentes em Vulnerabilidade às Substâncias Psicoativas: Proposta de Avaliação Neuropsicológica. *Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo*, v. 13, n. 1, p. 246-263, ago. 2021. ISSN 2175-5027. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3696>. Acesso em: 03 maio 2025. doi:<https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i1.3696>.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social Dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 07 dez 2013. Acesso em: 21 mai. 2025.

CEBOLLA, A.; DEMARZO, M. O que é mindfulness? In: MARTÍ, A. C.; CAMPAYO, J. G.; DEMARZO, M. (org.). *Mindfulness e Ciência: da tradição à modernidade*. 2. ed. São Paulo: Palas Athena, 2016. p. 1-236.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF: CFP, [s.d.]. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no SUAS*. Brasília, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-no-suas/>. Acesso em: 28 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CREPOP e CREAS. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/CREPOP_CREAS_.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

DAMASCENO, Luciana Maria; LORDELLO, Silvia Renata Magalhães. O atendimento familiar no contexto da liberdade assistida no Distrito Federal. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 2, p. e6628323, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ndhWYTybLX8gTxDhtqLVR3H/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERNANDES, F. G. S.; CASTRO, R. D. de. Atuação dos psicólogos no CREAS. *Revista Brasileira de Ciências da Vida*, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <http://jornalold.faculadecienciasdavidacom.br/index.php/RBCV/article/view/731>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FREIRE, Mayara Limeira; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. Assistência social: suporte organizacional para atuação do psicólogo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 16, n. 2, p. 167–182, 2013. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v16i2p167-182. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/77828>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MALAQUIAS, Laís de Andrade. Ressocialização de jovens infratores: medida socioeducativa de internação executada no Centro Socioeducativo Edson Mota. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12268>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PITTA, Ana Maria Fernandes. Subjetividade e gestão: por uma clínica do trabalho vivo

em ato. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 10, n. 25, p. 53–63, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18666>. Acesso em: 28 maio 2025.

RESENDE, Mariana Mattos. A atuação do psicólogo no CREAS: limites e possibilidades na execução das medidas socioeducativas em meio aberto. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93953>. Acesso em: 28 maio 2025.

RODRÍGUEZ, Sandra Yvonne S.; CARLOTTO, Mary Sandra. Prevalência e fatores associados à síndrome de burnout em psicólogos. *Ciencia & Trabajo*, v. 16, n. 51, p. 170-176, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-24492014000300008>. Acesso em: 3 maio 2025.

SANTOS, Ana Luiza Mendonça dos; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Professores de adolescentes em conflito com a lei: recursos, dificuldades e percepções. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/RfQCqTCxsNjFRfhMmJMtbJS/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SANTOS, Ariane Cristina Lima dos; SILVA, Danielle Nicole Almeida da. Precarização do trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufal.br/handle/123456789/12345>. Acesso em: 1 maio 2025.

SANTOS, Fábio Dias dos et al. Redução da maioria penal e maturidade psicológica. 2021. Disponível em: <http://65.108.49.104:80/xmlui/handle/123456789/374>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.